

A crise e o golpe

José Paulo Martins Junior¹

Hellen Cristina Silva de Oliveira²

Philippe Chaves Guedon³

Louise Duarte Loureiro⁴

Resumo: A crise política brasileira teve início com as manifestações de 2013. Desde então diversas crises aconteceram. Houve uma crise econômica que se intensificou a partir de 2015, uma crise social que foi exposta nas grandes manifestações de rua que ocorreram entre 2013 e 2016 e uma crise política que foi aberta com a não aceitação da derrota eleitoral de 2014 por parte da oposição e pela incapacidade do governo em manter uma base aliada. Esse artigo visa analisar a crise a partir dessas três vertentes, a econômica, a social e a política-partidária.

Palavras-chave: Crise política; Crise econômica; Crise social; Eleições.

Abstract: Brazil's political crisis began with the manifestations of 2013. Since then several crises happened. There was an economic crisis that intensified from 2015, a social crisis that was exposed in the big street manifestations that took place between 2013 and 2016 and a political crisis that was opened with the non-acceptance of electoral defeat in 2014 by the opposition and the government's inability to maintain a allied base. This article aims to analyze the crisis from these three aspects, economic, social and political partisan.

Keywords: Political crisis; Economic crisis; Social crisis; Elections

¹ Professor do departamento de estudos políticos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio – jose.martins@unirio.br.

² Graduanda em Ciência Política pela Unirio – hellenoliveiracp@gmail.com.

³ Graduando em História pela FGV-RJ e em Ciência Política pela Unirio - philippe.guedon@fgv.br.

⁴ Graduanda em Ciência Política pela Unirio – Louise.loureiro@hotmail.com.

Todos membros do grupo de estudos em partidos políticos da Unirio.

Introdução

Estamos vivendo uma situação de crise no Brasil. Ela se desdobra em diversas dimensões, é uma crise política, mas também econômica e social. O cenário é de grande instabilidade e poucos são os que se arriscam a traçar prognósticos sobre o que pode acontecer, uma vez que diariamente novos desdobramentos surgem com consequências imprevisíveis.

Se não é possível traçar um cenário futuro, é mais fácil identificar o ponto de partida da crise. Tudo começou em meados de 2013 com as manifestações em São Paulo contra o aumento de R\$0,20 nas passagens de ônibus. Naquele momento, a presidente Dilma Rousseff gozava de ampla popularidade e tanto a situação política, quanto a econômica pareciam sob controle.

O primeiro efeito das grandes manifestações de 2013 foi o acentuado declínio nos níveis de popularidade dos governantes, seguido do aumento da rejeição aos partidos políticos. Ao longo de 2014 ocorreram manifestações daqueles que eram contrários à realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil. As eleições gerais realizadas no final do ano não puseram fim à crise, pelo contrário.

A vitória apertada da candidata à reeleição introduziu mais um capítulo na crise. A oposição não aceitou a derrota e, impulsionadas pela crise econômica, pela mídia e pelas ações do Poder Judiciário, milhões de pessoas saíram às ruas para pedir e, finalmente, obter o impedimento da recém reeleita Dilma Rousseff.

Esse artigo visa dar conta das múltiplas facetas da crise. Iremos explorar o impacto da crise econômica, das manifestações de rua e da crise política que levou ao desgaste dos partidos políticos, à perda da capacidade do Executivo em controlar o processo decisório e ao golpe que depôs a presidente em 2016. Para tanto, o artigo está dividido em três partes: além dessa introdução e das considerações finais, cada uma com o objetivo de avançar na compreensão de três aspectos da crise, quais sejam, a econômica, a social e a político-partidária.

Crise econômica

Para analisar a economia brasileira e suas implicações sobre a crise atual, torna-se importante investigar de que maneira o assunto economia atingiu o cidadão. Serão consideradas duas maneiras pelas quais a economia ganhou relevância no debate nacional:

a sensação dos trabalhadores de perda do poder de consumo, desemprego e de piora na qualidade de vida e o enquadramento da grande mídia acerca dos acontecimentos econômicos.

Inicialmente, é importante resgatar que as críticas à condução econômica brasileira não surgem em 2015. Ainda em período eleitoral, as análises de conjuntura produzidas pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV) traziam prognósticos sob a luz da eleição que viria. Em edição de novembro de 2014, a Revista Conjuntura Econômica discute os desafios que a presidenta reeleita teria adiante. Segundo essa edição, a presidente já sentia os resultados macroeconômicos piores e, mesmo assim, decidia postergar ajustes a fim de ter fôlego na disputa eleitoral. Também nessa edição, são colocados dois desafios que a presidenta deveria enfrentar; a realização das correções macroeconômicas para combater o crescimento da inflação e aumentar as chances de crescimento econômico e a correção da economia, mantendo o combate à desigualdade.

Em relação aos indicadores econômicos, a conjuntura brasileira já anunciava dificuldades. A inflação de 2014, segundo IPCA, produzido pelo Banco Central, chegou a 6,4%, mesmo com a meta sendo de 4,5%. Em 2015, esse número chegou a 10,7%, mais do que o dobro da meta. A taxa de desemprego, medida pela PNAD, esteve em 6,6% em outubro de 2014 e atingiu o ponto mais alto no mês de janeiro de 2016, com 11,2%. Desde dezembro de 2014 esse índice não apresentou qualquer redução. No segundo semestre de 2014, o IBGE anunciou que o Brasil entrou em recessão técnica, ou seja, o PIB brasileiro apresentou, por dois trimestres consecutivos, encolhimento.

O Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE/FGV) entende que a crise econômica brasileira teve início com o fim da expansão econômica que durou, ao todo, 20 trimestres, compreendendo o segundo trimestre de 2009 e o primeiro de 2014. Segundo os pesquisadores da instituição, o segundo trimestre de 2014 sinalizou a entrada do país em recessão econômica.

Em 2015, os indicadores também não apresentaram melhora. Ou pior, seguiam a mesma tendência de alta nos preços e redução do poder de consumo. Nesse ano, o IPCA marcou 10,67%, maior índice desde o ano de 2002. Em relação ao desemprego, o ano de 2015 fechou com desocupação média de 8,5%.

Com a inflação elevada nos últimos anos, o Banco Central do Brasil veio, repetidamente, aumentando a taxa de juros que havia abaixado no primeiro governo de Dilma (SINGER, 2015). Porém, essa medida não foi muito efetiva para combater a inflação. O aumento de juros, a dificuldade de acesso ao crédito, o aumento do endividamento das

famílias e a taxa de inflação perto de dois dígitos aliados ao crescimento do desemprego contribuíram para a redução do poder de compra do consumidor.

Os indicadores apenas reforçam a ideia de que houve piora na qualidade de vida do cidadão. Partimos, nesse sentido, para um tipo de análise sobre aprovação de governo e voto econômico, como sugere Carreirão (1999). Apesar de não haver a competição pelo voto do eleitor, a satisfação do eleitor acerca da economia interferiu positivamente no seu ativismo no movimento de apoio ao processo de *impeachment*. Embora as razões do *impeachment* verssem sobre questões técnicas sobre a contabilidade pública, por certo, a percepção de que a economia estava piorando contribuiu para o apoio popular.

Para além das percepções do cidadão mediano, é importante caracterizar a atuação de setores industriais e com grande capital econômico, social e político. A ação da FIESP, por exemplo, impulsionadora dos movimentos contra o governo, é um retrato dessa prática. A sinalização por parte dos membros do Executivo, incluindo Guido Mantega, então Ministro da Fazenda, sobre o aumento de impostos, sobretudo a CPMF, gerou uma onda de reações sobre o lema de “não vamos pagar o pato”.

Singer (2015) apresenta uma cronologia que segue desde 2011-2014 buscando explicações sobre a inflexão da política desenvolvimentista de Dilma Rousseff frente ao capital financeiro, aos bancos privados e aos setores produtivos. A sua cronologia conta com a discussão em torno da redução do *spread*, da pressão para a redução dos lucros dos bancos e do forte ativismo estatal, principalmente. Segundo ele, todas as medidas do ensaio desenvolvimentista de Dilma Rousseff fizeram com que ela “cutucasse as onças com varas curtas”, uma vez que não havia planejamento estatal para a resposta dos setores que tiveram lucros e planos ameaçados. Nesse sentido, argumenta que a burguesia industrial encontra novo parceiro, o bloco rentista, “para evitar o que seria um mal maior: Estado demasiado forte e aliado aos trabalhadores” (SINGER, 2015).

O enquadramento midiático da crise econômica teve importante papel de ativação da insatisfação da população. Dahl (2012) defende que a percepção da desigualdade não se transforma automaticamente em ação. Da mesma forma, a percepção de piora na qualidade de vida não resulta em oposição imediata ao governo. Sugerimos, portanto, que esse papel de ativação contra o governo da presidenta teve como participantes, além dos grupos empresariais, como afirma Singer (2015), os grandes grupos midiáticos.

Um levantamento do *Manchetômetro* no período que antecedeu o início das campanhas dos candidatos apontou que o assunto economia foi enquadrado negativamente no Jornal Nacional por mais de duas horas, enquanto que os enquadramentos positivos e

neutros somados não ultrapassaram os 55 minutos. Ademais, nos grandes jornais de São Paulo e Rio de Janeiro, as citações enquadrando a economia brasileira de forma negativa também foram mais frequentes.

Compartilhamos a percepção de Feres et al. (2014) de que os meios de comunicação possuem a capacidade de determinar os assuntos da agenda pública de discussão. Dessa maneira, o eleitor foi abordado, desde período anterior ao eleitoral, por questões como inflação, desemprego, ajuste fiscal e descontrole nas contas públicas, além da questão da corrupção.

Nesse mapeamento das razões para o apoio ao processo de *impeachment*, vê-se que a abordagem negativa da economia brasileira está presente desde 2014. O papel da grande mídia na amplificação da percepção de piora na qualidade de vida por parte dos trabalhadores e da queda nos índices macroeconômicos, aliado à ação orquestrada de grupos financeiros e produtivos contribuíram para a adesão a um quadro de ruptura institucional pelo qual passou a presidenta.

Crise social

Para analisar a mobilização civil contrária ao governo Dilma, é necessário destacar a perspectiva do discurso presente nas manifestações e nas forças sociais que as compunham. Compreender de onde surgem as revoltas é compreender a quem serve a mobilização e qual o objetivo. As diversas esferas da sociedade foram afetadas pelas ações do governo num contexto de crise econômica e governamental, seja pela perda de poder de compra da classe trabalhadora, seja pela perda da capacidade de investimento da classe empresarial. Assim, é necessário entender como se colocam estas diferentes esferas e traçar um perfil dos articuladores e dos participantes dos movimentos nas ruas.

Diferente das jornadas de junho de 2013, a revolta de 2015 não foi contra as instituições, mas centrava-se nas articulações políticas dentro das mesmas. A correlação de forças entre sociedade civil e Estado toma uma outra característica. Se em 2013 os movimentos sociais se colocavam a fim de uma mudança na formação das políticas públicas, reivindicando seu papel decisório nas ações políticas, em 2015 se buscava exercer influência em um processo de decisão detido nas instituições político-partidárias. Desta forma, uma mobilização emergia das ruas para as instituições, enquanto a outra estava contida no jogo institucional.

Um recorte de classe é necessário para compreender as manifestações e o cunho das demandas vindas das ruas. Em 2015, os cidadãos foram insuflados às ruas pelos discursos das empresas do monopólio midiático. Elas expunham à exaustão os escândalos de corrupção e os erros de gestão, sempre atribuídos ao PT. O perfil das organizações componentes destes movimentos e dos manifestantes agregados correspondiam majoritariamente às classes mais abastadas, formadores de opinião e personalidades políticas da oposição ao então governo.

Os motivos pelos quais estes aglomerados se colocaram contra o PT e o governo Dilma não se relacionam com a corrupção, ainda que o combate a ela tenha sido levantado como fator mobilizador. O discurso não abarca todos os partidos e a disputa do controle político e econômico através dos acordos ilícitos entre estes e empresas, mas um descontentamento das elites em relação às medidas tomadas durante o governo.

Pode-se assim ilustrar através das reações a redução das taxas de juros ao consumidor desde 2012, que fez com que os bancos públicos se sobressaíssem frente aos privados, passando de 35% para 55% de atuação no mercado financeiro (CAVA, 2016). As ações foram recebidas como um enfraquecimento da elite empresarial, que se colocou numa campanha contra o governo.

Pode-se entender que a mobilização pró impeachment não é organicamente formada através da sociedade civil, mas um fenômeno do capitalismo de laços, descrito por Lazzarini (2011) como uma rede diversa de contatos e alianças para fins políticos e econômicos.

Torna-se necessário mobilizar um conceito que vai além da noção das relações de capital social, pela falta de espontaneidade das manifestações contra o governo Dilma. Há necessidade de compreender como as relações do capital econômico influenciam para a agenda do capital social. As relações anteriormente orgânicas e de correlação de poder entre as classes sofrem uma transformação, onde estas ganham o incentivo econômico para serem construídas. Desta forma, em 2015 não se fala de uma mobilização social que busca um ganho para a sociedade civil, e sim um benefício econômico pessoal, tal qual se dariam as relações econômicas no capitalismo de laços.

Para Lazarini (2011), as aglomerações se intensificaram bastante entre 2013 e 2015, além disso, emergiram atores de ligação com elevada centralidade, isto é, atuando como ‘conectores’ de aglomerações diversas. Os proprietários que mais exibiram papéis de conexão foram, justamente, atores ligados direta ou indiretamente ao governo.

Por centralidade podemos entender um núcleo que se posiciona de maneira relevante na prática decisória dessa rede, tendo seus conectores, que se relacionam com

outras redes, que possuem diversos núcleos ou núcleos em comum. Assim, o capital financeiro atua como ente centralizador e mobilizador deste movimento, que através da mídia – o conector entre o cerne das articulações e as demais classes da sociedade civil – pautou outros grupos empresariais e partidário e mobilizou movimentos de diferentes convicções dentro da oposição, com o objetivo comum de enfrentar o governo.

Existe uma conexão entre os entes centralizadores do capital financeiro e os demais campos sociais onde as pautas daquele setor fariam sentido como eixo da revolta. Há um momento de recorte claro entre quais pautas estão sendo articuladas por uma elite centralizadora e formadora de agenda e quais estão sendo articuladas por outros componentes da sociedade civil, a fim de que a única reivindicação possível seja a que compactua com as manifestações contra o PT e suas políticas no governo.

A heterogeneidade é uma das marcas do movimento, no qual grupos organizados buscam colocar seus interesses acima de outros. O que existe, então, são os interesses de classes dominantes numa disputa de quais desses interesses serão priorizados dentro da ordem institucional. Essa é a peculiaridade do movimento de 2015. Mais do que um arranjo da sociedade civil, se trata de um arranjo institucional transposto para as ruas com a função de reiterar a ideologia e a demanda da classe oligopolista dominante.

As classes mais fragilizadas, também atingidas pelos desgastes da economia nacional, ficaram alienadas do debate feito pelas elites no que concerne ao enfrentamento ao governo e a organização dos movimentos. Aos olhos da elite, estas classes não têm capital social, econômico ou político para disputar o espaço da revolta, excluindo assim uma série de críticas ao PT e à presidente Dilma, que emergem das suas perspectivas.

Apesar das diferenças entre contextos e atores, o movimento de julho 2013 marca a saída de um estado permanente de passividade que a sociedade se encontrava frente aos problemas políticos, o que foi aproveitado pelo movimento atual que apoia o processo de *impeachment*. A mobilização da população mais jovem, organizadas através da internet, teve seu marco nesse período, onde foi possível observar a constante circulação de certos enunciados ligados aos protestos como “Vem pra Rua” e “Não Vai Ter Copa”. Como podemos ver, o que acompanha essa tensão entre representação política e democracia faz com que a forma de entendimento da institucionalidade representativa esteja cercada de lacunas pelas quais a sociedade tenta fazer ouvir e ver atendidas suas manifestações.

Sob a ótica de Rosanvallon (2001), a relação entre o social e o político nos mostra uma perspectiva singular do processo de representação, em forma de política expandida. O autor observa que é necessário debater sobre duas características do governo representativo:

a legitimidade e a confiança. Tal dualidade transcende o resultado das urnas, uma vez que a legitimidade é entendida com uma qualidade jurídica, adequadamente produzida pelas eleições. Já a confiança - classificada pelo autor como instituição invisível –permitiria a manutenção da legitimidade ao longo do tempo.

Sendo assim, além de expressar sua representatividade nas urnas, as práticas de manifestações sociais têm como objetivo compensar a erosão da confiança nas instituições insuflada pelas empresas do monopólio midiático, uma vez que seu posicionamento expunha apenas uma versão dos fatos. Ao longo de 2015 e em 2016 tivemos a instauração e a prática de pannels. No Brasil, as formas da ação coletiva presentes na ação dos movimentos sociais desde a década de 1980 - abaixo assinados, manifestações públicas, greves – deram lugar ao ato de classe média de bater pannels enquanto a presidenta dava seus pronunciamentos públicos. O motivo do pannel consistia na interdição da fala do outro, ilustrando a não disposição em ouvir o governo.

A mobilização social no Brasil passou a se pluralizar desde 2013. Foram ampliadas a ocorrência tanto de manifestações progressistas quanto de conservadoras. A presença do conservadorismo se tornou ainda mais forte no decorrer da articulação do *impeachment*. Seu discurso moralizador articulou a corrupção como motor dos protestos. Após a destituição da Presidenta, escândalos e notícias de corrupção não pararam de aparecer envolvendo novos atores a cada dia, enquanto que o *verde-amarelismo* desapareceu das ruas.

Crise político-partidária

Os partidos políticos estiveram no centro dos debates sobre a crise brasileira. A negação a eles pautou boa parte das manifestações populares a partir de 2013. Os grandes monopolizaram a disputa de 2014, tendo, mais uma vez, o protagonismo de PSDB e PT nas eleições presidenciais, e do PMDB no Congresso Nacional. Vamos tratar da crise dos partidos enquanto organizações que atuam em duas arenas, a eleitoral e a governamental/parlamentar.

Na arena eleitoral, um dos principais gritos ouvidos durante as manifestações de junho de 2013 foi o de “Sem Partidos”. Os meios de comunicação mostravam repúdio às bandeiras de partidos e essa postura foi entendida como uma das evidências da fragilidade dos partidos políticos brasileiros. Ainda assim, estudos, como o de Martins Junior (2007), mostram que, mesmo com declínio na identificação partidária, os partidos políticos continuam a desempenhar um papel central em eleições.

A análise das estruturas partidárias, do seu padrão de alianças eleitorais e da identificação partidária pode revelar importantes chaves explicativas para a atual crise política brasileira.

A pesquisa do impacto exercido por partidos no comportamento eleitoral deve considerar dois pontos de vista: dos atores mais diretamente envolvidos nas disputas, os partidos e os políticos; e dos eleitores. As variáveis políticas adquirem conotações diferentes para cada qual desses atores. Para os primeiros, os partidos devem ser investigados tendo-se em vista as estruturas partidárias e as alianças eleitorais. Para os eleitores, os partidos funcionam como atalhos de informação, os quais podem decidir em quem votar.

Diversos autores apontam para a fragilidade dos partidos políticos enquanto estruturadores da disputa eleitoral. Kinzo (2004) apontou a grande quantidade de partidos políticos com representação na Câmara dos Deputados. A fragmentação amplia a possibilidade de se observar elevados índices de volatilidade. De fato, Lima Jr. (org., 1997), Nicolau (1998) e Peres (2000 e 2002) apontam que a volatilidade no Brasil é superior à observada em países europeus e americanos. Esses aspectos importantes indicam que os partidos não conseguiram estabelecer um padrão definido de apoio. Ao nível do Executivo, a situação parece ser um pouco diferente, uma vez que a disputa é mais concentrada e os partidos, apesar das alianças, são mais visíveis. Tanto é assim que PSDB e PT dominam a eleição presidencial desde 1994, contando sempre com apoio do PMDB, a despeito da fragmentação e volatilidade.

As estruturas partidárias são importantes para compreender a dinâmica da crise. Braga e Pimentel (2012) analisaram dados sobre a estrutura e a organização partidária nas eleições municipais de 2012. Eles mostram que os partidos se organizam de forma desigual pelo território nacional. Dos mais de 30 partidos existentes, apenas dez estão presentes em mais de dois terços dos municípios. Dentre eles, os destaques são o PT, com 96% de presença, o PMDB, com 95% e o PSDB, com 89%. Esse dado revela que os partidos importantes na disputa política e eleitoral são os que detêm uma organização mais extensa, fundamental para o enfrentamento das eleições e pode ser explicado pela presença desses partidos em postos-chaves da administração federal desde a redemocratização brasileira. Também mostram a potencialidade de conflito que pode existir entre as legendas.

Com a forte presença local, não seria estranho supor que os grandes partidos concorram em muitos pleitos e realizem toda a sorte de alianças nas eleições municipais. De fato, Dantas (2012) mostra que o PMDB disputou eleições, seja como cabeça de

chapa, seja apoiando alguma candidatura, em 96% dos municípios em 2012. O PT seguiu logo atrás com capilaridade de 91%, seguido do PSDB com 87%.

Tão importante quanto a ampla penetração desses partidos ao nível local é a expansão que eles realizaram ao longo dos anos. Nesse sentido, o PT expandiu em 86% entre 2000 e 2012. Em 2000, o partido participou da disputa de 2.722 municipalidades e passou para 5.075 em 2012. As expansões de PMDB e PSDB foram mais modestas nesse mesmo período, 6,6% e 11,5%, respectivamente. No poder, o PT atingiu uma capilaridade que igualou a de PMDB e PSDB o que ampliou a competição.

As disputas locais são complexas em termos de alianças eleitorais. A rigor, todos os partidos se aliam a todos os partidos, conforme mostra Dantas (2012). Como as disputas na grande maioria dos municípios é majoritária em turno único, existe uma forte tendência bipartidária. Como temos mais de 30 partidos, é lógico que deve haver alianças entre eles não respeitando a mesma lógica das alianças nacionais. Por exemplo, nas eleições municipais de 2012, PT e DEM estiveram aliados em 1.041 disputas e PSDB e PT em 1.104. As alianças de DEM e PT aumentaram mais de 445% e as de PSDB e PT mais de 144% entre 2000 e 2012. A aliança entre o PMDB e PT foi realizada em 2028 municípios, tendo sido a mais frequente dentre os partidos políticos. Os principais parceiros no plano nacional eram os principais parceiros no plano municipal.

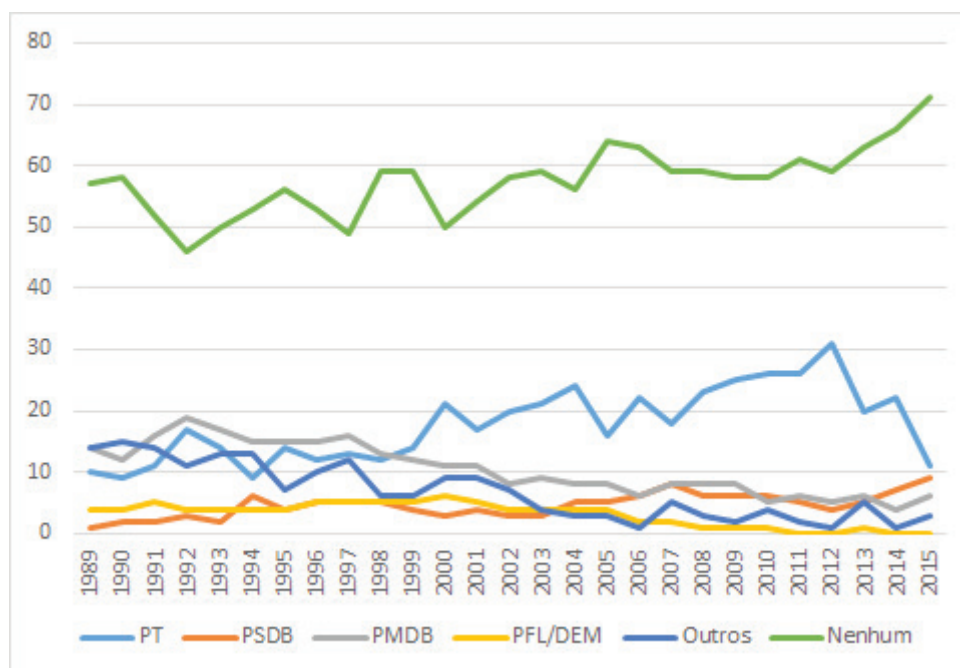
A eleição de 2012 abre a crise política brasileira. Foi o auge da aliança presidencial entre PMDB e PT. Desde então, os dois somente se distanciaram e as eleições presidenciais de 2014. A aliança presidencial entre PMDB e PT foi formalizada em 2010, em torno de Dilma Rousseff e Michel Temer, com o apoio de 80% dos votos na convenção do PMDB. O prestígio de Lula, a situação econômica interna favorável, o farto dinheiro vindo das empresas privadas com negócios com o governo levou os dois partidos a candidatura governista imbatível.

Dilma comandou o terceiro termo presidencial sob o controle petista. A primeira mulher presidente consolidava a estratégia de expansão do partido. Martins Jr mostra (2009) que a probabilidade de voto no PT entre as mulheres é historicamente mais baixa do que entre os homens. O PT buscava uma nova estratégia para consolidar e expandir seu eleitorado. A expansão política do PT parece ter atingido um limite de tolerância dos setores mais conservadores da sociedade brasileira. O gráfico 1 mostra que a preferência pelo PT atingiu o pico de 31% no primeiro semestre de 2012. Isso fez necessário para os setores oposicionistas agir por outras arenas diferentes da eleitoral.

O contexto das eleições municipais de 2012 foi francamente negativo contra o PT. Elas aconteceram durante o julgamento da Ação Penal 470 que condenou alguns líderes petistas no STF com transmissão ao vivo pela principal rede de televisão brasileira. Mesmo assim, o PT conseguiu aumentar o número de prefeitos eleitos e levar Fernando Haddad à prefeitura da cidade de São Paulo. Ou seja, mais uma vez o PT mostrou a importância da expansão organizacional e simbólica.

A partir de 2013, as manifestações de rua e o seu veto aos partidos e os escândalos de corrupção levaram a uma intensa erosão da preferência pelo PT e a um aumento da ausência de preferência por partido. O Datafolha chegou a medir 71% de eleitores brasileiros sem preferência partidária em 2016.

Gráfico 1: Preferência partidária no Brasil



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Datafolha disponíveis nas edições do Jornal Folha de São Paulo e em Carreirão e Kinzo (2004).

As eleições de 2014 sinalizaram que a crise política poderia se tornar mais aguda. A avaliação do governo e da presidenta declinaram, assim como o apoio no PMDB. Menos de 60% dos convencionais peemedebistas endossaram a chapa Dilma/Temer. Diretórios estaduais importantes do PMDB se colocaram como opositores do PT, principalmente na região Sul do país. A aliança se esgarçou no Rio de Janeiro, onde o PT lançou candidatura própria contra um PMDB dividido entre Dilma e Aécio.

Essa fissura no bloco governamental foi intensificada por conta do resultado da eleição ter sido mais apertado do que nas eleições anteriores. O PSDB, derrotado, não aceitou o resultado e questionou a lisura do pleito. As queixas sobre o processo eleitoral foram amplificadas pela mídia e pelas redes sociais.

Przeworski (1994) define a democracia como um regime em que os partidos perdem eleições. Os derrotados na disputa acreditam que as instituições políticas lhes darão oportunidades para vitórias futuras e preferem não subverter a ordem. Após a quarta derrota consecutiva, os setores conservadores do Brasil optaram pela subversão da ordem e reeditaram uma campanha antiga contra Getúlio Vargas. Dilma não deveria concorrer, se concorresse não poderia ser eleita, se fosse eleita não poderia governar. Ela concorreu, venceu, mas foi impedida de governar por aqueles que deveriam ser seus principais aliados.

No início dos anos 90 existia um diagnóstico sombrio sobre a governabilidade no Brasil. Os cientistas políticos, com destaque para Lamounier (1994) e Mainwaring (1995) alertavam que a combinação de partidos fracos na arena eleitoral com listas abertas para a eleição para deputados federais conduziria a uma situação em que o que valeria seria a vontade individual dos parlamentares ocasionando uma ausência de coesão e disciplina partidária, imprevisibilidade nas votações e na incapacidade do governo de levar à cabo sua agenda legislativa.

De fato, as crises políticas e a hiperinflação do final dos anos 80 e começo dos anos 90 levavam a crer nessas análises catastróficas. Contudo essas análises não consideravam a capacidade de centralização do processo decisório no Executivo Federal. O Presidente da República possui amplos poderes legislativos e a prerrogativa da execução orçamentária. Além disso, em geral, consegue colocar aliados nas mesas diretoras das casas legislativas.

As graves crises começaram a ser superadas a partir do governo de Itamar Franco quando se intensificou a centralização do processo decisório em favor do Executivo. Em pouco tempo foi possível estabilizar a economia e engendrar uma coalizão capaz de dar um suporte estável ao governo. Os oito anos do governo de Fernando Henrique foram uma continuidade bem sucedida do governo Itamar. Desde a campanha eleitoral, FHC foi apoiado por uma sólida e coesa frente que reunia desde a centro-esquerda até a direita que permitiu a aprovação de diversas emendas constitucionais, a quebra de monopólios e a condução de um extenso programa de privatizações.

A estabilidade alcançada nos anos FHC levou os cientistas políticos a repensarem o antigo diagnóstico da ingovernabilidade. Novas análises, principalmente as conduzidas

por Figueiredo e Limongi (1999), mostraram que a despeito das regras eleitorais e partidárias que estimulavam o comportamento individual, existem grande coesão e disciplina partidária. A partir dos posicionamentos dos líderes partidários era possível estimar com boa precisão quais seriam os resultados das votações nominais. Tanto os principais partidos de governo, PSDB e PFL, como o de oposição, PT, ultrapassaram os 95% de disciplina.

Em certa medida, o governo Lula conseguiu manter a estabilidade política. Mesmo com os escândalos de corrupção, o Presidente conseguiu vencer 95% das votações nominais realizadas na Câmara dos Deputados, conforme mostra a Tabela 1 com dados do Basômetro.

A situação se torna muito diferente no governo Dilma. Martins Junior (2014) mostra que até a primeira metade do primeiro mandato da presidenta, o índice de vitórias na Câmara era muito próximo ao alcançado no governo Lula, 93%. Em 2013, Eduardo Cunha foi eleito líder do PMDB na Câmara dos Deputados e a situação de Dilma passou a ser muito mais difícil. Com dados de todo primeiro mandato, vemos na tabela 1 que o índice de vitória do governo caiu para 86%, ainda alto, mas significativamente abaixo da média.

A crise entre Executivo e Legislativo se intensificou com a vitória de Eduardo Cunha para a Presidência da Câmara dos Deputados. Durante esse período, o governo venceu menos de 80% das votações nominais na casa legislativa.

Tabela 1: Vitória do governo na Câmara dos Deputados

		Governo				Total
		Lula I	Lula II	Dilma I	Dilma II	
Vitória do governo	Não Contagem	19	18	40	50	127
	% Governo	5,2	3,9	13,6	20,4	9,3
	Resíduo ajustado	-3,1	-4,9	2,8	6,6	
	Sim Contagem	344	443	255	195	1237
	% Governo	94,8	96,1	86,4	79,6	90,7
	Resíduo ajustado	3,1	4,9	-2,8	-6,6	
Total	Contagem	363	461	295	245	1364
	% within Governo	100	100	100	100	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Basômetro/Estadão Dados

As derrotas do governo são explicadas por um racha na base governista. PMDB e PSB, principalmente, passam a votar contra o governo, conforme mostra a tabela 2. Além da ampliação das derrotas, as vitórias passam a acontecer por pequena margem de votos.

Tabela 2: Governo Dividido

		Governo				Total	
		Lula I	Lula II	Dilma I	Dilma II		
Governo dividido	Não	N	241	362	199	66	868
		% Governo	66,4	78,5	67,5	26,9	63,6
		Resíduo ajustado	1,3	8,2	1,5	-13,2	
	Sim	N	122	99	96	179	496
		% Governo	33,6	21,5	32,5	73,1	36,4
		Resíduo ajustado	-1,3	-8,2	-1,5	13,2	
Total		N	363	461	295	245	1364
		% Governo	100	100	100	100	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Basômetro/Estadão Dados

Em dezembro de 2015, Eduardo Cunha aceita o pedido de impeachment da Presidenta Dilma e em março de 2016, o PMDB rompe formalmente com o governo. O fim da aliança em PMDB e PT ficou selado definitivamente em abril com a aprovação do pedido de impeachment na Câmara dos Deputados com o apoio das bancadas governistas do PR e do PP. O golpe foi dado, a deserção do PMDB ocasionou no desmantelamento da base de sustentação do Executivo no Legislativo. Como se fosse um voto de desconfiança parlamentar, Dilma foi tirada da Presidência e substituída por seu Vice, Michel Temer, que sem legitimidade está promovendo uma verdadeira política de terra arrasada, procurando retirar direitos dos menos favorecidos e premiar a minoria do setor financeira e oligopolista que lhe emprestou apoio.

Considerações Finais

Os elementos apresentados neste presente artigo permitem a visualização do processo de *impeachment*, não considerando apenas sua configuração institucional, mas os processos de motivação e apoio em que este esteve envolvido. Dessa maneira, articula-se a partir do entendimento de três esferas contributivas para a crise institucional e política vivida: as implicações da economia, as manifestações sociais e as questões político-partidárias.

No primeiro ponto citado, são reconstruídos momentos em que a população, de maneira geral, sentia os efeitos da crise político-institucional, principalmente no que tange as relações econômicas. Nesse ponto, a piora nos indicadores econômicos, tanto para os consumidores quanto para os produtores conduzia para uma piora na avaliação do governo. No papel de condução dessa insatisfação com a situação é ressaltado o papel do enquadramento negativo da mídia, principalmente nos grandes meios, como no Jornal Nacional, como bem mostram os dados do Manchetômetro. A situação econômica marcada pela inflação, recessão, desemprego e baixo investimento eram massificadas de forma a responsabilizar somente o governo de Dilma Rousseff.

As implicações sociais são pautadas a partir do entendimento da ação da sociedade civil como um processo de envolvimento com as manifestações sociais nas ruas, a partir de junho de 2013. Embora as razões para os dois momentos sejam díspares, a argumentação trazida reflete a insatisfação de segmentos populacionais frente aos caminhos tomados pelos atores políticos. Nas manifestações de 2013, a razão motivadora estava na orientação das políticas e serviços públicos, enquanto a segunda, apoiava-se na oratória dos grupos opositores ao governo Dilma Rousseff, tanto nos partidos quanto nos grupos econômicos que tinham interesse nesse processo.

Esse discurso dos opositores advém do moralismo anticorrupção, que conseguiu colocar a classe média e as classes mais abastadas – em sua maior parte, contra o governo presidido pelo PT. No mais, a orientação para as manifestações conversadoras pró-*impeachment* seguem a lógica de apoio a mudança de *status quo* que já não mais interessava os detentores de capital econômico. O que serve de apoio a essa argumentação é o fato de que o *verde-amarelismo*, característica das manifestações desse ano, não interessa-se pelos escândalos de corrupção do atual governo e, tampouco, com as novas notícias que tratam da articulação de membros do atual governo de Michel Temer para interromper o mandato de Dilma e barrar a operação lava jato.

No que tange ao processo marcado na institucionalidade da representação, o apoio à presidente eleita Dilma Rousseff é uma das chaves explicativas para a ruptura que se apresentou. O percentual de derrotas no período *Dilma 2* é 11% maior do que o do primeiro governo. Razão para isto é a postura da antiga base governista, principalmente PMDB, PP e PSB, que iniciaram a votar contra o governo. Aliado a isso, o comportamento da oposição em não aceitar o resultado das urnas fez crescer um sentimento de animosidade nas disputas políticas nacionais. O que esse ponto busca elucidar é a participação dos partidos políticos como atores de deslegitimação do processo democrático, como na oposição ao resultado da eleição, bem como na articulação desses movimentos, com participação de antigos apoiadores no governo, para produzir derrotas em votações e criarem instabilidade política. O peso dos partidos é destacado nas suas arenas organizacionais, legislativas e eleitorais a fim de reivindicar significância no processo de impeachment.

Portanto, para analisar o golpe de 2016 é preciso que tenhamos em mente que ele não é descolado de outras atividades sociais, como as manifestações e o sentimento de perda econômica. O apoio a determinado contexto institucional é fundamental para que ele ocorra, como de fato foi nesse processo.

À luz dessa discussão, abre-se caminho para interpretações da ação de atores individuais envolvidos nesse processo, o que, certamente, contribuirá para uma análise mais totalizante do evento discorrido. Para além das questões econômicas, sociais e partidárias, atores individuais como Sérgio Moro e Eduardo Cunha, por exemplo, precisam ser levados em conta na compreensão do golpe. Processo este que foi traduzido na forma de impeachment.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre (1979). *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo: Perspectiva.

BRAGA, M. S. & PIMENTEL, J. (2013). “Estrutura e organização partidária municipal nas eleições de 2012”. In: *Cadernos Adenauer*, XIV, n.º 2.

CARREIRÃO, Yan de Souza (1999). “Avaliação do Governo e “Voto Econômico””. In: *Lua Nova*, n 48.

CARREIRÃO, Y. de S. & KINZO, M. D. G. (2004). “Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002)”. In: *Dados Revista de Ciências Sociais*, v. 47, nº 1.

CAVA, Sílvio C. (2016) “A disputa é nas ruas”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*, 105.

CURY, A.; QUAINO, L. “Inflação fecha 2014 em 6,41%, abaixo do teto da meta”. <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/01/inflacao-fecha-2014-em-641.html> (consultado em 12/06/2016)

CURY, A.; RODRIGUES, M. “Inflação oficial fica em 10,67% em 2015, a maior desde 2002”. <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/01/inflacao-oficial-fica-em-1067-em-2015.html> (consultado em 12/06/2016)

DAHL, Robert (2012). *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

DANTAS, Humberto. “Eleições municipais 2012 e o padrão de coligação entre os partidos para a disputa de prefeituras”. In: *Cadernos Adenauer*, XIV, n.º 2.

FERES JÚNIOR, J.; SASSARA, L. O.; BARBABELA, E.; CANDIDO, M. R.; SILVA, T. S. MIGUEL, L. (2014). “A (in)clemente mídia das eleições”. *Insight Inteligência*, v. XVII.

FIGUEIREDO, A., e LIMONGI, F. (1999). *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio Janeiro: Editora FGV.

LAMOUNIER, B. (1994). “A democracia brasileira de 1985 à década de 90: a síndrome da paralisia hiperativa”. In: VELLOSO, J. P. R. *Governabilidade, sistema político e violência urbana*. Rio de Janeiro: José Olympio.

LAZZARINI, S. G. (2011). *Capitalismo de laços*. Rio de Janeiro: Elsevier.

LIMA JR., Olavo Brasil de, org. (1997). *O sistema partidário brasileiro: diversidades e tendências — 1982-1994*. Rio de Janeiro: FGV.

MAINWARING, Scott. (1995). “Brazil: weak parties, feckless democracy”. In: MAINWARING, S. & SCULLY, T. (eds.) *Building democratic institutions: party systems in Latin America*. Stanford: Stanford University Press.

MARTINS JR., J.P. (2007). *A disputa entre o PSDB e PT nas eleições presidenciais brasileiras (1994-2007)*. Tese (Doutorado) - Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo.

MARTINS JR., J.P. (2009). “Modelo sociológico de decisão de voto presidencial no Brasil 1994-2006”. In: *Revista Debates*, v.3, nº 2.

MARTINS JR., J.P. (2014). “Governistas e oposicionistas: padrões de votação nos governos Lula e Dilma”. In DANTAS, H., TOLEDO, J.R., e TEIXEIRA, M.A.C.. *Análise Política e Jornalismo de Dados: ensaios a partir do Basômetro*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

NICOLAU, Jairo Marconi. (1998). “A volatilidade eleitoral nas eleições para a Câmara dos Deputados brasileira (1982-1994)”. In: *XXII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)*. Caxambu. mimeo.

PERES, P. S. (2000). *O espectro da instabilidade: sistema partidário e volatilidade eleitoral no Brasil democrático*. Dissertação (Mestrado) — Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo.

_____. (2002). “Sistema partidário e instabilidade eleitoral no Brasil”. In: SANTOS, A. M. dos & PINTO, C. R. J. (orgs). *Partidos no Cone Sul: novos ângulos de pesquisa*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

PRZEWORSKI, Adam. (1994). *Democracia e Mercado no Leste Europeu e na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Relatório do Banco Central do Brasil – Histórico de metas para a Inflação no Brasil (2015). <http://www.bcb.gov.br/Pec/metase/TabelaMetaseResultados.pdf> (consultado em 12/06/2016)

ROSANVALLON, P. (2011). *La Contrademocracia: La política em la era de la desconfianza*. Buenos Aires: Manantial.

SINGER, André (2015). “Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)”. *Novos Estudos*, edição 102.